

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ORALIDADE EM SALA DE AULA A NORMA E AS MARGENS

Joseane Aparecida de Souza Francisco (UEMS)
profjoseaneletras@gmail.com

Natalina Sierra Assêncio Costa (UEMS)
natysierra2011@hotmail.com

RESUMO

O papel do professor em sala de aula, em relação às diferenças sociolinguísticas é de suma importância, pois a depender de suas crenças e atitudes, proporcionará um ambiente de aprendizagem em que o aluno possa sentir-se livre para falar, transitando entre o seu dialeto e a variante de prestígio ou negar-lhes esse conhecimento que possibilitará uma abertura para a ascensão social. Nesse sentido, esse artigo resulta de uma pesquisa etnográfica, realizada em um ambiente da sala de aula, com o intuito de observar as atitudes de um professor de língua portuguesa da rede municipal de Campo Grande, diante do ensino da língua, fazendo um contraponto com suas crenças, verificando se essas crenças e atitudes favorecem um ensino/aprendizagem em que o aluno possa refletir sobre a língua, sua heterogeneidade e especificidades para utilizá-la com segurança sem sentir constrangido ou estigmatizado.

Palavras-chave: Sociolinguística. Variação linguística. Oralidade. Sala de aula.

1. Introdução

Compreender o cenário da língua portuguesa no Brasil é investigar sua realidade linguística que perpassa por crenças e posturas cristalizadas, que delineiam o que será ou não ofertado dessa língua para o seu ensino sistematizado.

A língua portuguesa surgiu do latim vulgar, segundo dados históricos, a língua falada entre os povos da região da Península Ibérica, que aos poucos foi tomando corpo e constituindo-se no português-padrão, a partir de recortes do que seria ideal para formatação dessa língua. Na constituição do português brasileiro o caminho foi igual, houve também um recorte do que seria ideal para o nosso bom português e as sobras do que foi aparado é desconsiderado, eliminado. Diante dessa realidade, pode-se afirmar, segundo alguns estudiosos, que a língua portuguesa está dividida em variedade-padrão e variedades não padrão.

Assim, dentro dos princípios da sociolinguística, as variedades não padrão, ou seja, a maneira como as pessoas utilizam a linguagem no dia a dia, deve ser considerada e se torna alvo de estudo, tendo em vista a

relação entre língua e sociedade, as influências histórico-sociais que permitem um panorama heterogêneo desse fenômeno linguístico, em que falantes não ideais interagem entre si.

O papel da escola diante das variedades que não representam o português de prestígio, preso dentro do que foi convencionado como norma nas gramáticas, dicionários, literatura e imprensa, podem contribuir para ratificar a ideia de que a língua portuguesa apresenta apenas uma variedade que é considerada padrão ou culta, desprezando a linguagem como parte da identidade de cada aluno que frequenta uma sala de aula; ou relativizar essa ideia, ao respeitar as manifestações linguísticas dos alunos que extrapolam as normas, os padrões da língua.

O professor ao deparar com um aluno real, que se expressa, utilizando outras variedades, que não representa aquela que lhe é atribuído ensinar, assume um papel muito importante que vai direcionar a vida escolar desse aluno para o sucesso ou para o fracasso.

Dessa forma, se esse professor assume que a sua língua materna possui variantes que são usadas por grupos linguísticos com características específicas em contextos diferentes, leva o aluno a refletir sobre a língua portuguesa como sua língua, que serve para suas manifestações, desde as mais íntimas até àquelas que necessitam de um maior cuidado com as normas, ou seja, a língua como parte do falante.

Nesse sentido, a pesquisa realizada neste artigo, teve como enfoque o ambiente da sala de aula, observando as atitudes de um professor da rede municipal de Campo Grande (MS) que leciona para 6º e 7º anos, diante do fenômeno da variação linguística, tendo em vista sua reação em relação ao uso da linguagem não padrão pelos alunos, os aportes teóricos que utiliza para realizar seus planejamentos e como aborda o conteúdo sobre as variantes linguísticas.

2. Variantes linguísticas e o papel da escola: entre o português da gente e o português para a gente

O cenário escolar pode se tornar um ambiente democrático e de reflexão em relação ao uso da língua e suas variedades ou se tornar um ambiente repleto de preconceitos que reforça o purismo de uma língua portuguesa homogênea. Porém, antes de elucidar essas questões, é importante reportar-se ao passado para compreender a trajetória da socio-linguística e suas contribuições para o ensino da língua.

Conforme Calvet (2002) a linguística moderna surgiu a partir de Ferdinand de Saussure, com a publicação de seus estudos sobre a língua, por seus alunos, após a sua morte em 1916, intitulado *Curso de Linguística Geral*. Nessa obra, denominada linguística estruturalista, o objeto de estudo é a “língua por si e em si mesma”, a sua estrutura padrão, abstrata que se distingue dos enunciados reais.

Contudo, essa postura estruturalista da língua foi se modificando com o surgimento da sociolinguística, ao considerar os fatores sociais e históricos que influenciam a linguagem “da gente” em diversas situações de uso e nos mais variados contextos. Nessa ótica, podemos citar alguns estudiosos como o linguista francês Antoine Meillet, considerado discípulo de Saussure que começa a se distanciar de seu “mestre” por reconhecer em suas várias publicações, o caráter social da língua. Segundo o linguista, “Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social”. (MEILLET, 1921 *apud* MEILLET; CALVET, 2002, p. 16)

Outro teórico que contribuiu de forma significativa para dar forma a essa sociolinguística moderna foi o linguista americano William Labov. Monteiro (2000) cita em sua obra intitulada *Para Compreender Labov*, que uma das tarefas da sociolinguística é descrever as línguas e sua diversidade funcional e social. Assim, no modelo laboviano a pesquisa tem sido enfocada na análise de grupos de indivíduos, observando aspectos sociais que interferem na fala. Neste aspecto, pode-se apontar como exemplo, a pesquisa na comunidade da ilha de Marthas e outros estudos que possibilitaram compreensão que há regularidades nas variações da língua falada, buscando sistematizá-las.

Assim, de acordo com Mollica (2003) a sociolinguística é uma das subáreas da linguística que tem como foco de estudo a língua em uso nas comunidades de fala, principalmente os empregos linguísticos reais heterogêneos. Contudo, ao realizar uma reflexão sobre essa característica heterogênea da língua no contexto brasileiro, nota-se que o ensino de língua portuguesa prestigia somente a variante padrão. Tudo que fica a margem do que foi convencionalizado como norma culta é considerado como uma agressão a nossa língua materna, configurando em uma visão estreita e preconceituosa de olhar a nossa realidade linguística.

Bagno afirma que toda manifestação purista e conservadora em defesa da língua pode ser respondida com as palavras do linguista inglês

David Crystal:

As línguas estão sempre num estado de fluidez. A mudança afeta o modo como as pessoas falam de forma tão inevitável quanto afeta qualquer área da vida humana. Os puristas da língua não aceitam isso, mas pouco podem fazer a respeito. A língua só ficaria parada se a sociedade parasse. Um mundo de excelência linguística imutável, baseada no brilho das antigas formas literárias, só existe na fantasia. (CRYSTAL, 1987 *apud* CRYSTAL; BAGNO, 2003, p. 121)

Nessa perspectiva, Bortoni-Ricardo (2005, p. 14) salienta que “A escola é norteadora para ensinar a língua da cultura dominante; tudo que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado”. Assim, surge o paradoxo do ensino, ao mesmo tempo em que as instituições escolares têm esse papel de ensinar a língua da cultura dominante, depara-se com alunos que na maioria das vezes, pertencem à cultura popular, falantes de um português da gente e não de um português para a gente.

Bagno (2004, p. 56) afirma que o ensino da língua está pautado em duas ações: repetir e reproduzir.

Ensinar português, no Brasil, sempre foi REPETIR a velha doutrina gramatical conservadora e, junto com ela, REPRODUZIR todos os mitos e preconceitos que a gramática tradicional ajudou a cristalizar nas concepções de língua e de “erro” que fazem parte do senso comum. Essa atitude marcada por autoridade e anticientífica não tem mais cabimento no atual estágio da evolução dos conhecimentos nem nas concepções contemporâneas de direitos humanos. Esse ensino repetitivo e reprodutor só consegue atingir um objetivo: aprofundar o abismo entre a língua real e o padrão ideal, diminuir a já baixa autoestima linguística dos brasileiros.

Segundo Bortoni-Ricardo:

Estudiosos que se detêm diante desse grave problema costumam adotar duas posições opostas. Alguns, mesmo sem o perceber, aderem à chamada ideologia do vácuo, segundo a qual certos grupos sociais não seriam portadores de qualquer cultura significativa. Para eles, toda a linguagem, e consequentemente a cultura das crianças de classes populares, tem que ser substituída pela língua de cultura institucionalizada. No outro extremo, estão aqueles que veem no próprio código a causa de todos os males. Propõem que este seja substituído por uma variedade linguística popular, esquecendo-se de que, para cumprir as funções de norma-padrão, essa variedade teria de passar por um processo inevitável de codificação. Se a primeira posição peca por etnocentrismo destituído de qualquer base científica, a segunda peca por ingenuidade. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15)

Diante desse panorama, a postura da escola é primeiramente de assumir essa grande parcela da população que representa essa língua real, falada na esquina, em suas casas, em seus encontros enfim. Compreen-

dendo, assim, a existência dessa variabilidade da língua, ou seja, pode-se falar a mesma coisa de formas diferentes. Tal atitude irá mudar a posição do professor diante desse aluno real, conscientizando-o que essas possibilidades podem ser usadas em situações diferentes com intenções diferentes. Faz-se necessário também, esclarecer aos alunos com suas escolhas linguísticas terão reações positivas ou negativas, dependendo do contexto em que está sendo usada. Dessa forma, não negar a língua como parte de sua identidade, tampouco deixar de garantir o direito de aprender a variante de prestígio como forma de alargar os caminhos para a ascensão social.

3. *Atividades de oralidade e variação linguística: crenças e postura do professor nas aulas de língua portuguesa*

A escola tem como tem como função planejar situações de ensino junto aos seus professores para o desenvolvimento de práticas em sala de aula, que permita ao aluno manifestar-se sem constrangimento ou sentimento de inferioridade sua variante e ao mesmo tempo ter o conhecimento da variante de prestígio, fazendo uso de uma linguagem mais monitorada de forma segura.

Nesse sentido, ao concentrar-se na linguagem em sala de aula, Bortoni-Ricardo (2005) pontua várias crenças que se formaram a respeito da linguagem atualmente. Dentre essas crenças, a ideia de que a maioria dos professores de hoje, por não pertencerem à elite como em outros tempos, utiliza em sala de aula uma linguagem descuidada, distante do que era cultivado na escola antigamente. Por outro lado, há linguistas que consideram a linguagem praticada na escola muito formal. Sob essa ótica, pondera que um olhar a partir do contexto da sala de aula, permite verificar as duas possibilidades, porém não se pode generalizar, tendo em vista a complexidade desse espaço.

O presente artigo é resultado do estudo, a partir de dados recolhidos da pesquisa etnográfica, realizada no ambiente de sala de aula, observando as atitudes de uma professora da rede municipal de Campo Grande (MS) que leciona para 6º e 7º anos, diante do fenômeno da variação linguística, tendo em vista sua reação em relação ao uso da linguagem não padrão pelos alunos, os aportes teóricos que utiliza para realizar seus planejamentos e como aborda o conteúdo sobre as variantes linguísticas.

Com intenção de traçar o perfil do professor e verificar quais são suas crenças diante do ensino da língua, considerando suas especificidades e variações, foi feita uma entrevista com roteiro previamente elaborado. A pesquisa conduzida na escola compreendeu observações em sala de aula das turmas mencionadas, durante 8h/a, sendo 4h/a no 6º ano e 4h/a no 7º ano e elaboração de relatórios dessas observações.

A escola onde ocorreu a pesquisa está situada em uma região periférica de Campo Grande (MS). É considerada a maior escola do bairro e uma das maiores do município, tem investido muito em esportes, resultando em várias premiações que são expostas com orgulho pela comunidade escolar. As turmas onde foram feitas as observações (6º e 7º anos), são compostas por alunos com idade entre 11 a 14 anos, moradores do bairro onde se localiza a escola e oriundos também de uma vila de casas populares que outrora era uma favela. A professora participante da pesquisa reside nos entornos da escola.

Durante as observações das aulas na turma do 6º ano, a professora abordou o conteúdo variações linguísticas. Assim, para elaborar seu planejamento pautou-se no livro didático da coleção Singular e Plural, produzida pelas autoras Laura Figueiredo, Marisa Balthasar e Shirley Goulart da editora Moderna. A situação didática consistiu em explicar o conteúdo com aulas expositivas, exemplificando com excertos ou pequenos textos (tirinhas), por meio da participação dos alunos na leitura desses textos. Na sequência, solicitou que respondessem as perguntas do livro no caderno com a finalidade de posteriormente, obter oralmente as respostas dos alunos.

Na condução das aulas na turma do 7º ano, a professora abordou o conteúdo gramatical sujeito e predicado e leitura de livros literários. Dessa forma, para elaborar seu planejamento em relação ao conteúdo gramatical, utilizou como referência o livro didático da coleção Para Viver Juntos, produzido pelas autoras Greta Marchetti, Heidi Strecker e Mirella L. Cleto da editora Edições SM. Na aula de leitura dos livros literários, explorou os que estavam disponíveis na biblioteca da escola para essa faixa etária. A situação didática nas aulas do 7º ano foi equivalente a do 6º ano; aulas expositivas exemplificando com excertos ou pequenos textos (poemas, tiras), por meio da participação dos alunos na leitura desses textos. Na sequência, solicitou que respondessem as perguntas do livro no caderno com a finalidade de posteriormente, obter oralmente as respostas dos alunos. Entretanto, a sequência da aula muda quando se trata da leitura literária. Nesse momento os alunos fizeram uma leitura silenciosa,

após a escolha aleatória, dos livros literários que ficavam expostos próximos ao quadro. Em seguida, a professora abriu espaço para um diálogo mais livre com trocas de experiências, impressões e avaliação sobre os capítulos lidos no decorrer daquela aula.

Durante as observações, foram identificados alguns momentos diferenciados de situação de fala entre professor/aluno que Bortoni-Ricardo (2005) define como eventos, unidades de fala com início, desenvolvimento e fim. Assim, o segundo evento que consiste em expor um conteúdo ou emitir comentários sobre um texto, estabelecendo uma interação entre professor/aluno de forma não tão livre, foi mais recorrente durante as observações tanto no 6º quanto no 7º ano. No decorrer das aulas observadas do 7º ano, a professora ao abordar o conteúdo gramatical sujeito e predicado, registrou no quadro de giz a frase “A criança caminha pela calçada” e solicitou que respondessem, oralmente, qual dos termos se refere ao sujeito, núcleo do sujeito e predicado, retomando o conteúdo. Nesse momento, vários alunos levantaram o braço para identificarem os termos pedidos. Em seguida, foram orientados a ler o poema O disfarce de Mário Quintana (em anexo) e responder as questões do livro didático, referente ao texto, após, seria escolhido alguns alunos para socializarem com o grupo suas respostas.

Ao ler o primeiro verso de O disfarce, “Cansado da sua beleza Angélica”, num tom de voz alta, houve troca da palavra Angélica por Angelical pelo estudante, sendo imediatamente identificado e corrigido pela professora. Caracterizando no terceiro evento de fala que configura em correções, tendo como referência os textos lidos. Contudo, deu continuidade a aula, sem intervir na linguagem coloquial de um aluno que citou a seguinte frase: “Fessora, cê não vai respondê o bagueio?” No instante em que estava repreendendo outros colegas por estarem interferindo na aula, com situações de fala fora do contexto.

Durante as aulas de leitura literária nessa mesma turma, ao interagirem compartilhando suas emoções, sensações e impressões sobre os capítulos lidos, caracterizando numa aula com situações de fala mais livre sem roteiros ou textos-base, nota-se que tanto a professora quanto os alunos, também se expressam numa linguagem mais coloquial:

(Professora) Alunos, em seus lugares, por favor! Bora lá.

(Aluno) Vixi, professora! Não entendi nada disso aqui.

(Professora) Não tem nada pra dizê pra nós?

Ao ser abordado o conteúdo variantes linguísticas para o 6º ano, a professora evidencia duas variantes: regional e histórica. Para isso, inicia explicando a variante histórica com uma linguagem em que muitas palavras já estão em desuso, escrita por volta de 1800 e ao mencionar a variante regional diz que é uma forma regional da pessoa falar, uma linguagem do interior, utilizando uma situação de fala com exposições instrucionais, caracterizado como o segundo evento de fala. Em seguida, solicita que os alunos abram o livro didático para lerem textos que exemplificam essas variantes linguísticas, assim, elege um estudante para oralizar a tira do personagem Mutum, de Moisés Gonçalves:

– “Nossa, tia! Que fartura!”

– Mais que minino mais mar agradecido, sô! Fiz tudo o que ocê gosta, e inda vem recramá que tá fartando as coisa?

(<http://universomutum.blogspot.com>)

Além da leitura do texto supracitado, foi estabelecido um diálogo entre professor e aluno, pautados em duas questões do livro, referente à tira, que consistia em explicar qual o significado de fartura para a tia e o que se poderia dizer sobre o seu modo de falar. Sobre a primeira questão, a professora enfoca no entendimento da personagem, tia de Mutum, que equivale a “fartá”, contrapondo com o significado mencionado por Mutum, farto, abundante. Porém, não faz menção a respeito da questão maior do não entendimento entre os personagens, cada um possui uma variante específica, sendo a tia de um ambiente rural e o personagem Mutum de um ambiente urbano. Ao elucidar a segunda questão, pergunta aos alunos se está errado falar assim, tendo como resposta que não, pois é somente uma forma “estranha” e “diferente” de falar. Nesse aspecto, a professora faz uma intervenção dizendo que se trata de uma linguagem “natural do interior” e escreve no quadro as palavras “recramá, fartando e mar”, solicitando que a turma identifique o há em comum entre elas, ratificando ideia de que a tia do personagem Mutum pertence a uma “região diferente”.

4. Considerações finais

Sabe-se que a escola não pode ignorar as variações linguísticas, considerando apenas uma maneira “correta” de falar, convencionada num conjunto de regras que configuram na variedade culta de prestígio. Assim, o papel do professor de língua portuguesa é de proporcionar aos alunos, ambientes de aprendizagem, conscientizando-os das possíveis e

formas de expressar a sua língua materna, podendo apropriar-se dessas variedades, populares ou de prestígio, conforme a situação de fala, o contexto de comunicação. Porém, essa liberdade e autonomia só serão desenvolvidas em sala, se houver uma mudança de crenças e de atitudes do professor.

Dessa forma, a presente pesquisa, propiciou evidenciar as crenças da professora em relação à língua, conforme o questionário por ela respondido (em anexo), com suas atitudes em sala de aula, em contextos de uso da modalidade oral da língua. Assim, ao proporcionar situações de fala, em que os alunos pudessem expor seus pensamentos, ideias opiniões sem um roteiro pré-determinado, foi possível observar que as falas mais livres, com uso de gírias ou dialetos populares, passaram despercebidos pela professora ou não foram identificados como um caso a ser discutido durante as suas aulas. Tal fato reforça a sua crença, de que o fenômeno da variação linguística deve ser visto de maneira natural, pois faz parte da interação entre os alunos, facilitando o convívio.

Todavia, durante a realização da leitura de textos pelos alunos, quando houve a vocalização de palavras de maneira “incorreta”, a professora imediatamente interviu, repetindo o vocábulo de maneira “correta”, como se tratasse de uma transgressão às regras da variedade padrão, contrapondo a sua crença de que a linguagem oral é uma maneira de se expressar e se comunicar de forma mais dinâmica e proximal.

Ao atribuir à linguagem oral apenas a característica de proximal, remetendo a um estilo mais casual, usado em conversas entre amigos, nas praças ou entre vizinhos, deixa de considerar essa modalidade da língua em situações de fala que é preciso um maior monitoramento, adequando-se às regras convencionadas como padrão da língua.

Da mesma forma, ao contemplar somente duas variantes linguísticas (histórica e regional), seguindo o roteiro do livro didático, seu principal suporte teórico, não permite na sala de aula, uma discussão mais aprofundada sobre esse tema, que pode ser um caminho para que o aluno possa refletir sobre o seu dialeto e o dialeto padrão; os significados que as variações da língua podem assumir, sendo prestigiadas ou estigmatizadas, a depender do contexto em que estão sendo usadas e com qual intenção comunicativa.

Com base nas observações, pode-se concluir que no ambiente de sala de aula, tendo como público alvo, alunos oriundos das classes populares, ensinar a língua materna, sem estigmatizar o dialeto dos alunos po-

de ser considerado o primeiro passo para um ensino mais democrático e humanizado. Todavia, acreditar que o simples contato com textos escrito na língua padrão, sem uma reflexão sobre essa variante de prestígio, configura em aprendizado por parte do aluno é equívoco que precisa de uma análise crítica profunda.

Para que o aluno aprenda e saiba fazer uso da variante de prestígio, consciente que pode transitar entre seu dialeto e uma forma mais monitorada ao escrever ou falar, requer mudança de algumas crenças e posturas da escola e do professor. Sob essa ótica, os aportes teóricos advindos da sociolinguística apontarão alguns caminhos para se desvencilhar de “verdades”, tais como a língua portuguesa é homogênea, sendo a variante padrão a única variedade a ser considerada no espaço escolar ou partindo para outro extremo, considerar que durante uma situação de fala na sala de aula em que são utilizadas outras variedades, não se pode fazer uma intervenção com receio de constranger o aluno. Além disso, cultivasse a crença que a modalidade oral da língua permite apenas o viés da espontaneidade, do íntimo, do proximal, desconsiderando os textos orais, entrevistas, debates, exposições, teatros etc., que estão presentes nos contextos escolares e podem ser explorados como exemplos da variedade culta da língua.

O professor ao assumir a condição de pesquisador, terá condições de promover uma reflexão sobre o seu papel como sujeito ativo na condução de suas aulas, recorrendo a outros aportes teóricos além do livro didático. Assim, saberá como reagir diante da realidade linguística de seus alunos sem atitudes extremas, tornando o contexto escolar, um espaço de reflexão, mudanças de crenças e posturas da escola, professor e aluno em relação ao ensino da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CALVET, L. J. *Sociolinguística uma introdução crítica*. São Paulo: Pa-

rábola, 2002.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, L. M. *Introdução à sociolinguística*. O tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.